

A cultura popular como aporte problematizador do processo de exclusão social

Resumo: O atual modo de produção capitalista, com relação à produção do espaço urbano, engloba cada vez mais as desigualdades socioespaciais. Com isso, incorpora e acentua também os processos de exclusão social que não se restringem meramente à uma dimensão econômica com base nos recursos disponíveis, mas sim englobam uma série de outros fatores que interferem diretamente na vida de várias famílias. Este processo excludente também pode ser apreendido e percebido, uma vez que se constatam as dificuldades de participação política das famílias que os vivenciam. As políticas públicas, por sua vez, que pretendem contribuir para diminuir esses processos não levam em consideração a opinião e os anseios da população pertencente aos grupos de menor poder aquisitivo. Nesse sentido, atividades de promoção e valorização da cultura popular e suas manifestações aparecem como possibilidade totalmente plausível e urgente para incentivo de mobilizações e reivindicações que primem por uma participação política maior das populações que vivenciam diariamente os processos excludentes.

Palavras-chave: Exclusão social. Estado. Cultura popular.

Rafael Rossi
UNESP - FCT de Presidente
Prudente - SP
rafaelrossi6789@hotmail.com

Introdução

O presente texto tem como finalidade expor nosso entendimento sobre o conceito de exclusão social e sua articulação com a promoção de atividades que valorizem a cultura popular, sendo que nosso recorte trata do município de Presidente Prudente, localizado no oeste do estado de São Paulo, partindo de experiências vivenciadas na pesquisa que estamos desenvolvendo no mestrado, intitulada: "A perspectiva territorial nas políticas públicas: análise espacial a partir do índice de desenvolvimento das famílias em Presidente Prudente - SP". Entendemos que para política pública ter um caráter mais democrático e horizontal, deve englobar a participação e opinião da população que enfrenta o processo de exclusão social, afim de que as relações de poder existentes em sua elaboração e implementação não se baseiem em fluxos piramidais e verticais, com uma minoria que decide e impõe seus interesses. Nesse aspecto investimos na ideia de que atividades como os círculos de cultura, contribuem de maneira positiva no esclarecimento e engajamento dessa população, pois desperta seu olhar para uma perspectiva crítica da realidade nessa população, além de incentivar o sentimento de coletividade para reivindicações mais eficazes.

(1) Como nos lembram Damiani, Carlos e Seabra (1999).

O atual modo de produção – com relação à produção de bens e mercadorias, bem como, às relações sociais, valores, costumes etc.¹ – do espaço urbano incorpora cada vez mais em sua lógica o acúmulo das desigualdades sociais, acentuando sobremaneira os processos excludentes. Os agentes que produzem e consomem o espaço urbano, são agentes sociais concretos, e não processos aleatórios ou abstratos. Sua ação é complexa, variando de acordo com o acúmulo de capital, as necessidades – que podem mudar – de reprodução das relações de produção e dos conflitos que podem emergir, de acordo com a discussão de Corrêa (1989). Além disso, esses agentes articulam-se na conformação de grupos presentes em órgãos públicos e privados, como estratégia de garantir seus interesses e ambições, desembocando em embates de toda ordem para permanecerem como grupos hegemônicos nas decisões políticas a serem tomadas.

Optamos por debater o conceito de exclusão social, por sua vez, por se referir a um processo que difere da concepção de pobreza e miséria, por se basear em um eixo de exclusão/inclusão. Com as fortes transformações ocorridas nas últimas décadas, o Estado tem um papel ativo e de suma relevância na produção das desigualdades sociais e na acentuação dos processos excludentes. Mais que a falta, ou a precária inclusão das classes mais baixas em sistemas de equipamentos e serviços públicos de qualidade, a exclusão pode ser evidenciada na falta de participação dessas classes nos círculos de poder que orientam as políticas públicas. Nesse texto iremos problematizar o conceito de exclusão social e as práticas de valorização e promoção da cultura popular como aportes teóricos necessários para avançarmos na reflexão capaz de promulgar ações políticas coletivas de maneira mais eficaz.

Exclusão social: uma lógica programada

Antes de adentrar no debate sobre a exclusão social, consideramos necessário conceituar e expor nosso entendimento a respeito de um agente produtor do espaço urbano: o Estado. Este pode atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço, proprietário fundiário, agente que regula o uso do solo e que cria condições de reprodução da sociedade capitalista, ou seja, que permitam a acumulação e reprodução das classes sociais. Imbuído de regulamentos legais para realizar e executar tais atividades, o

Estado irá exprimir através de suas decisões o interesse do grupo hegemônico em pauta, visto que em seu interior há o embate dos diversos grupos sociais.

De acordo com o *Dicionário do Pensamento Marxista* editado por Tom Bottomore, o Estado é um conceito de fundamental relevância para o marxismo, que o irá considerar sendo uma instituição, cuja função é assegurar e conservar a dominação e exploração de classe. Para Bottomore (2001, p. 134), Engels em seu livro *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado* afirma que o Estado é: “em geral, o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que por meio dele, torna-se igualmente a classe politicamente dominante, adquirindo com isso novos meios de dominar e explorar a classe oprimida”.

No entanto, o Estado é aqui compreendido não como um espaço homogêneo e totalmente ilhado ou separado das outras esferas sociais, mas sim de maneira complexa: como uma multiplicidade de atores estatais e de lógicas de ação pública. A Prof^a. Dr^a. Ana Fani Alessandri Carlos em artigo intitulado: “Diferenciação socioespacial” publicado na revista *Cidades* no ano de 2007, afirma que no nível político, o Estado, atua na produção do espaço urbano com a criação e reforço de centralidades (como forma de dominação); com a hierarquização dos lugares (importância nas estratégias de reprodução); com a imposição de sua presença e através do controle e vigilância, por meio da mediação da norma.

Com relação à ausência e/ou presença do Estado, entendemos que as manifestações e práticas desse agente produtor do espaço, relacionam-se diretamente aos embates entre classes sociais que se organizam em seu interior. Quando atestamos sua presença, constatamos a materialização de uma decisão de intervenção que prevaleceu nas disputas internas e, somente assim, conseguiu transbordar e se manifestar na realidade. A não intervenção também diz respeito a uma escolha de tomada de decisão que envolveu discussões e lutas políticas para se efetivar, se tornar visível e possível. A partir dessas breves considerações, o Estado enquanto disputa de poder entre classes sociais, pode acentuar as desigualdades sociais e com isso intensificar o processo de exclusão, além de se encontrar também a possibilidade de se utilizar de informações e dados sociais capazes de fomentar ações que propiciem uma maior justiça social. Dessa forma a exclusão possui um aspecto imanente à sua (re)produção, que diz respeito à sua contradição, oriunda

das escolhas e opções de agir ou não do Estado, visto que ele pode acelerar esse processo ou diminuí-lo e combatê-lo.

Para se entender o aspecto da exclusão, precisa-se de uma articulação relacional, buscando-se entender a formação histórica da desigualdade do seu entorno e como essa lógica opera atualmente, afim de que uma compreensão mais ampla e profunda proporcione parâmetros, ou melhor, indicadores, que fomentem políticas públicas mais focalizadas e de caráter participativo. Alguns autores acreditam que a adoção do conceito de exclusão, deve acompanhar uma demarcação clara da população a ser atendida por programas sociais, bem como de suas carências e necessidades.

Feitas essas breves considerações, destacamos que o processo de exclusão social está em pauta em diversas agendas: o governo britânico estabeleceu o Unit on Social Exclusion no gabinete do vice-ministro; a União Europeia adotou políticas destinadas a erradicar a pobreza e exclusão social em 2010; o Banco Inter-Americano publicou uma missão de estado sobre a exclusão social; a UNESCO promoveu uma conferência sobre o tema “From Social Exclusion to Social Cohesion” e a Escola de Economia de Londres estabeleceu o Centro de Análises sobre a Exclusão Social (CASE), como lembra Nancy Fraser (2010). No Brasil, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome lançou o Plano “Brasil sem miséria” além de ser possível apontar vários autores que vêm se dedicando à temáticas relacionadas, como se faz presente no Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP), um grupo interdepartamental da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente – SP.

As origens do conceito de exclusão social estão ligadas a discussões ideológicas nos anos 1960 na França, período muito fértil nesse campo, enfatizado por vários autores. Já nos anos 1980, o conceito de exclusão começou a se atrelar aos problemas de desemprego, e á vínculos sociais instáveis, em um contexto que ficou conhecido como “nova pobreza”. Assim, gradativamente a utilização desse conceito se generalizou na opinião pública e na esfera acadêmica, fazendo ligações com o pensamento republicano francês a respeito da solidariedade entre indivíduos e grupos e destes com a sociedade como um todo.

Com o final dos anos 1980, o termo exclusão social passou a ter uma grande ênfase nas discussões políticas e teóricas em escala internacional. Tal ênfase pode ser compreendida, pela necessidade

de entendimento do fenômeno de empobrecimento e carências que teriam se generalizado. Mais recentemente, esse conceito passou a ser criticado em função de seus limites, bem como em função de seu uso abusivo, na visão de Dupas (1998).

Em virtude de se tratar a exclusão em uma perspectiva multidimensional, para Escorel (1999), o conceito implicaria um estado e um processo. Um processo visto que se debate sobre um movimento que exclui, de trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão; e estado, dado que essa condição seria a consequência objetiva desse movimento.

Outro ponto que merece destaque é o aspecto pluriescalar da exclusão. Tal característica se relaciona à prática de perceber as múltiplas variáveis e os diversos fatores que configuram a desigualdade em determinado local. Esse local, por sua vez, apresenta fortes elementos internos que influenciam sobremaneira em seus processos excludentes. Porém, há que se considerar as formas em que se baseiam as influências de outras escalas, outros processos vigentes que atuam e modificam o modo de produção do espaço urbano e de suas desigualdades. Fraser (2010) afirma que para entender esse fenômeno (exclusão) é necessária a atenção às múltiplas escalas que se cruzam e dimensões de justiça.

A mesma autora continua em sua análise entendendo que a exclusão social é uma injustiça, visto que representa uma negação da participação igualitária. Para ela, ser excluído é consideravelmente pior do que ser incluído e marginalizado, ou incluído em uma relação que envolve subordinação: “[...] aqueles que são marginalizados ou subordinados podem ainda participar com outros na interação social, os excluídos nem se quer participam do jogo”. (FRASER, 2010, p. 365, tradução nossa) Esse posicionamento é relevante de ser problematizado, pois necessita do entendimento do conceito de justiça que a autora utiliza, além disso, ela entende o excluído sendo o indivíduo que em última instância não é possibilitado de interagir na sociedade, pois sofreu uma série de perdas e/ou injustiças que influenciaram nessa configuração de extremo isolamento.

Para Fraser (2010) a justiça pressupõe pilares e práticas sociais que possibilitem toda sociedade interagir como iguais, sendo que para esse objetivo ser alcançado, três condições precisam irrefutavelmente ser garantidas. A primeira afirma que a distribuição dos recursos materiais deve ser de modo a assegurar a independência

dos participantes e sua voz. Esta condição exclui estruturas econômicas que institucionalizam a privação, exploração e as grandes disparidades de riqueza, renda, trabalho e lazer, que impedem algumas pessoas de participar como parceiros plenos na interação social.

Em segundo, o status social deve poder expressar igual respeito para todos da sociedade a fim de garantir igualdade de oportunidades para alcançar a estima social. Esta condição exclui padrões institucionalizados de valor cultural que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as qualidades que lhes estão associados, negando-lhes o estatuto de parceiros de pleno direito de interação social. Em terceiro, a constituição política da sociedade, voz política igual a todos os atores sociais. Esta condição exclui regras de decisão eleitoral e estruturas de mídia, que sistematicamente privam algumas pessoas de chances justas de influenciar as decisões que os afetam.

Analisando tal concepção entendemos que a primeira condição é inviável na dinâmica imanente do modo de produção capitalista, já que este visa a acumulação por meio das disparidades e estruturas de classes onde há subordinação e domínio. A segunda condição está intimamente ligada, em nosso entendimento, à primeira já que para não se efetivar um padrão de valor cultural que deprecie e até crie preconceitos às categorias profissionais, as disparidades de igualdade de salários e educação devem ser amenizadas. Já na terceira condição defendida pela autora, acreditamos que essa discussão perpassa necessariamente os jogos de poder que estrategicamente não divulgam informações à população a fim de que as possibilidades dela intervir nas decisões políticas sejam consideravelmente diminuídas, e portanto, garantir a exploração e dominação em um sistema de clientelismo e mercantilização, já que as famílias participantes de programas e políticas públicas apenas recebem estes benefícios e não interagem no processo decisório, não havendo uma democratização política por meio da disseminação informacional e de conhecimentos.

Podemos inferir a respeito das formas de efetivação da exclusão apontadas pela autora, que o primeiro cenário mencionado baseia-se na perspectiva da renda, em que os indivíduos não possuem os recursos necessários sequer para sua sobrevivência, ainda parecem-nos um critério insuficiente de análise da contradição imanente aos processos excludentes, como resultantes e fortalecedores da

dinâmica do capital. Avançando no entendimento do segundo cenário, compreendemos que a negação da chance de participação em algumas arenas, como por exemplo, o Estado às pessoas que sofrem o processo de exclusão, pode dar-se de múltiplas formas. A primeira relaciona-se a um nível e estímulo à escolarização muito baixa, já que na lógica de acumulação do capital, a sociedade contemporânea impõe qualificações e experiências que excluem e dificultam de maneira relevante aquelas pessoas que sofrem de algum nível de precarização ou marginalização social a participar de um ritmo de estudos e formação que garantam um status social aceitável. Uma segunda forma que poderíamos pensar diz respeito, como já mencionado, às artimanhas que envolvem as disputas de poder que cada vez mais excluem as classes mais baixas à uma participação mais ampla nas decisões políticas que interferem em suas vidas, esse aspecto pode ser associado ao terceiro cenário analisado por Fraser (2010). O quarto e quinto cenários apresentados avançam para uma compreensão de justaposição e convergência desses processos analisados em várias escalas.

Em perspectiva parecida à de Fraser (2010) está Estivill (2003), que compreende a justaposição de processos e desligamentos, rompimentos de laços e desarticulações na conformação da exclusão. Fraser (2010) chamará a atenção para as injustiças como causas e implicantes estruturantes da exclusão, Estivill (2003) por sua vez irá salientar o componente espacial no entendimento dos processos excludentes, com objetivo de ampliar a análise, também destacando as capilaridades do poder, como aspecto que merece destaque e deve ser levado em consideração nos estudos que se predispõem a revelar as relações que permeiam a exclusão.

A ideia de processo defendida pelo autor nos parece apropriada, porém avançar em estudos de casos, sem relacionar à produção global das desigualdades, estudando as influências e articulações entre as diversas escalas, não parece um caminho promissor a seguir. Através da análise dos processos excludentes de que se manifestam em um município, chegamos à necessidade de avançar na pesquisa dessa relação com a exclusão oriunda de políticas estaduais e federais, junto com outros agentes e grupos que afetam sobremaneira a efetivação e materialização da exclusão.

O trecho abordado mostra a contradição imanente aos processos de exclusão, oriunda de contradições pertencentes aos embates e disputas de poder, dentre outros agentes, do Estado. Os desafios

nas fases de elaboração e implementação de uma política pública e seus programas, por exemplo, envolvem opções desde o consenso pelo problema a ser enfrentado, passando pela delimitação da população beneficiária, as condicionantes, as mensurações de impacto etc.; demonstrando que uma ação pode gerar um agravamento da exclusão, porém também não intervir é uma opção com suas consequências. Além dessa perspectiva, a contradição do Estado pode ser evidenciada quando este produz a exclusão e ao mesmo tempo, gera demanda de informações para avaliar uma política ou ajudar na percepção de uma manifestação de estudos que se preocupem com as desigualdades sociais, afim de que ele mesmo possa se utilizar desses dados para focalizar políticas e programas sociais.

A exclusão, aqui compreendida enquanto característica estrutural do modo de produção capitalista comporta uma série de componentes com repercussões na vida de inúmeras famílias. As relações imanentes às decisões estatais repercutem de tal forma sobre a realidade de municípios e bairros pobres, que interferem e regulam arranjos em que as políticas públicas possuem dificuldade de se efetivarem plenamente, junto com seus programas sociais. Essa perspectiva nos abre a possibilidade de entender como alguns bairros ficam à mercê de outros grupos organizados que decidem sobre os seus desdobramentos e desenvolvimento. Inúmeras pesquisas mostram o caráter de gestor que alguns traficantes possuem, imbuídos de um forte poder de coerção, estes líderes coordenam a vida de bairros inteiros em um sistema hierárquico de organização que atrai muitos jovens distanciando-os a uma educação de qualidade que possibilite o desenvolver de suas potencialidades.

Os processos excludentes abrem também espaço para uma descrença política generalizada entre as famílias que se encontram nessa situação. As pessoas perdem suas esperanças de que algum dia suas vidas e a de seus descendentes possam ser transformados e com isso obter uma maior qualidade de vida. Isso por sua vez, causa um sentimento de impotência perante a lógica presente em sua realidade, que leva a uma situação de clientes do Estado, aceitando participar de programas sociais, sem se preocuparem em como realizar uma mudança em seu padrão atual, mas sim somente preocupações referentes ao corte do benefício.

A exclusão manifesta-se diariamente em localidades pobres, porém ela é produzida nos lugares de inclusão. A lógica de manter o processo que configura a exclusão social não é formulada e

decidida nas áreas pobres, mas sim onde as tomadas de decisão política são feitas, como por exemplo: no Estado, nas maçonarias, nas organizações industriais e de agronegócio etc. Ou seja, nosso ponto de vista consiste em defender a ideia de que aumentando o poder cultural/coletivo das áreas como os bairros em processo de exclusão nas esferas de debates sobre as políticas públicas, fazendo com que possam surgir mais cidadãos, aumentam também as possibilidades de criação e desenvolvimento de lógicas que combatam esse processo, que é pautado na geração de injustiças em diversas escalas.

A exclusão não permite, dessa forma, que haja cidadãos em localidades que vivenciam esse processo. Essa perspectiva está pautada na ideia de que esse processo não ocorre de forma abstrata ou aleatória, mas sim é regulado e firmado por grupos hegemônicos que com relação às famílias mais pobres, se preocupam somente em capacitá-las profissionalmente, para atender suas necessidades de qualificação de mão de obra. Contudo, este país possui uma enorme população que necessita de recursos mínimos para ter uma condição digna de vida, por meio de serviços públicos de qualidade, porém mesmo que este patamar já está sendo desenvolvido, a participação política não somente por meio do voto é imprescindível para inverter a atual ordem de fluxo de poder que caracteriza e acentua o processo de exclusão.

Atividades culturais como estratégia para aumento da participação política

Utilizando o conceito de intelectuais orgânicos, Gramsci (1985) chama a atenção para a mobilização e o engajamento político. Para o autor, o intelectual insere-se como mediador entre a sociedade política e os movimentos sociais, tendo uma função de suma relevância na construção de uma hegemonia da classe trabalhadora. Contudo vale afirmar que não consideramos as populações que sofrem o processo de exclusão social como não possuidoras de criticidade ou conhecimentos. Na contramão desse raciocínio defendemos que atividades de valorização da cultura popular, constituem um dos caminhos possíveis para o engajamento social e a mobilização que pretendam combater o processo de exclusão social.

Atividades como exibição de filmes, peças teatrais, palestras educativas, comemorações etc.; têm por finalidade contribuir nos

segmentos em processo de exclusão social a conscientização de sua posição na sociedade contemporânea e como ela pode através da união aumentar seu poder de reivindicar e, com isso, solucionar uma necessidade latente. Tal prática fundamenta-se em razão do fortalecimento do sentimento de coletividade necessário para uma efetiva territorialidade democrática, onde a emancipação política e a justiça social prevaleçam sobre a lógica capitalista de mercado.

Jorge Luis Barbosa em seu texto intitulado: “Os espaços populares na política pública cultural” de 2009 apresenta elementos emblemáticos em ao menos dois sentidos. O autor afirma ser de extrema relevância a dimensão cultural nas políticas públicas, via criação de espaços em que a população não fique à mercê da industrial cultural que somente valoriza alguns pontos da cidade à população que consegue ter acesso e disponibilidade de recursos para tal. O segundo ponto se relaciona ao fato de Barbosa considerar o território na premissa de um desenvolvimento cultural, isso por sua vez, em nossa perspectiva contribui para a construção de um território que complemente/contribua/amplie as políticas públicas, visto que a inserção de atividades culturais populares possibilita a formação das bases para um maior sentimento de coletividade e união que culmine em uma maior participação política.

Dessa forma, as políticas públicas que pretendam combater as desigualdades sociais e com isso os processos excludentes, devem levar em consideração o aumento da participação política dos segmentos em processos excludentes, via criação e incentivos de arranjos territoriais com a prática de valorização e promoção de atividades e círculos de cultura popular. Estes, por sua vez, avançam além do aprendizado a ler e escrever individual, por exemplo, todos aprendem e ensinam de modo solidário e coletivo, com debate a cerca das questões presentes no dia a dia como trabalho, saúde, educação, política, direitos sociais etc.

A possibilidade humana de existir – forma acrescida de ser – mais do que viver, faz do homem um ser eminentemente relacional. Estando nele, pode também sair dele. Projetar-se. Discernir. Conhecer. É um ser aberto. Distingue o ontem do hoje. (FREIRE, 1996, p.10)

Paulo Freire é um pensador que se dedicou a estudar um método de aplicação dos círculos de cultura na promoção de um ensino de aprendizagem e alfabetização mais eficiente, aumentan-

do também uma maior participação política de seus membros. Os círculos de cultura, assim sendo, contribuem de maneira complementar a educação da população participante, pois ao colocar em prática de diálogo aberto e recíproco as temáticas e assuntos de relevância da vivência dessas pessoas, o vínculo estabelecido entre elas ajuda no aumento do poder tático e possibilita a criação de arranjos territoriais pautados no processo de desenvolvimento da democratização política. Os indivíduos passam a ter mais clareza e consciência das dificuldades enfrentadas, da formação histórico-social de seu bairro e dos ganhos de participar em comunidade nas decisões políticas, fortalecendo o sentimento de pertencimento daquele território construindo uma territorialidade preocupada com a justiça e inclusão social.

Paulo Freire (1996) amplia nossa visão sobre o papel e relevância dos círculos de cultura. Esse debate é tema de abordagens de vários pesquisadores e organizações, como já mencionados, no “Observatório de Favelas” no Rio de Janeiro e nos escritos de Antonio Gramsci. Essa perspectiva de encarar e trabalhar os círculos de cultura como ambiente educacional progressista aplicado por Freire (1996) e discutido por Antonio Gramsci (1985), nos mostra caminhos para seguir na reflexão de incorporar tal prática junto ao processo de emancipação e formação cidadã: “A solidariedade social e política de que precisamos para construir uma sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância”. (FREIRE, 1996, p. 42).

Investir em formas que ampliem a participação política, é tarefa de um governo que assume alguns compromissos. Estes, por sua vez, relacionam-se à mudança social, com a implementação de políticas públicas imbricadas no progresso, que não transformem estas iniciativas de participação em forças políticas de grupos privados de poder do Estado, cujo objetivo é eliminar a oposição e a crítica e se fortalecerem no governo. Com isso, tais preocupações têm por finalidade contribuir para uma análise que permita avançar na construção de um território democrático que combata os processos de exclusão e aumente a emancipação política, promovendo políticas públicas mais abrangentes e eficazes.

No caso do município de Presidente Prudente, localizado no Oeste do Estado de São Paulo, percebemos uma crise política com relação à dimensão cultural nas políticas públicas. O referido mu-

(2) Tentando fornecer informações para essa crescente demanda e entendendo a pobreza em uma perspectiva multidimensional que permeia os processos excludentes, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), desenvolvido pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco com o objetivo de criar um indicador sintético para mensurar o grau de desenvolvimento de uma família. Esse índice permite apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CadÚnico, que por sua vez, representa o volume adicional de recursos que ela necessita para suas satisfações básicas, em relação às necessidades de uma família padrão.

nicípio baseia sua política cultural em “atividades complementares” que envolvem crianças e adolescentes em atividades como: escolas de futebol ou de capoeira. Tais atividades são realizadas no período oposto ao da escola, porém o que nos interessa é salientar que tal prática não está criando um senso de coletividades nos bairros em processos de exclusão em que atua, não incluindo nas tomadas de decisão a respeito das políticas públicas, inclusive as de cunho cultural a população que atendem.

Nesse sentido a crise é percebida pela população que através de seus líderes de bairro (um representante da população) que questionam as atuais políticas culturais, havendo a necessidade de ampliá-las e melhora-las. Entendemos assim, que esse lugar reflete, e produz o acúmulo de ações de diversos agentes, entre eles o Estado. Como debatido no item anterior, o Estado atua de maneira direta na produção da cidade, porém, vários órgãos trabalham com informações que ajudam na compreensão dos fenômenos sociais, dessa forma, concordamos com Paulo Jannuzzi (2005), ao afirmar o caráter exploratório dos indicadores sociais para a pesquisa acadêmica.

Os territórios abrangidos pelos Centros de Referência da Assistência Social trabalham com atividades envolvendo crianças e adolescentes que participam de escolas de futebol ou capoeira em horário que não estão na escola regular, não havendo qualquer outro tipo de perspectiva cultural nas políticas públicas do município. No entanto, a partir da experiência em campo e das informações que o Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF)² fornecem através da dimensão “acesso ao conhecimento” nos mostra, que os territórios de atuação dos centros de referência da assistência social: Augusto de Paula, Cambuci, Morada do Sol e Alexandrina não possuem nenhum chefe de família com ensino superior completo ou incompleto. Isso nos aponta que a população de tais áreas não está tendo acesso às universidades, por isso, devemos também pensar a crise política com relação à cultura também baseada no ingresso desses indivíduos na universidade. Podemos inferir a necessidade de inserção da esfera cultural/popular na elaboração das políticas públicas, inclusive no que diz respeito ao IDF, pode-se pensar na inserção da dimensão “acesso a cultura” como um indicador que leve em consideração as atividades culturais realizadas nos municípios e com isso, fornecer elementos para subsidiar uma avaliação mais ampla da política pública.

Considerações finais

Investir na pesquisa sobre as características, formas, transformações, persistências e abordagens da exclusão social ajuda no refinamento desse conceito ainda em aberto, e com isso na utilização de uma ferramenta metodológica poderosa na descoberta dos processos de desigualdades sociais presentes na produção do espaço urbano brasileiro. Debater a exclusão nos remete a uma discussão de escala, a um entendimento multidimensional da situação de precariedade social de várias famílias, e a uma articulação relacional, percebendo os fatores que operam e influenciam de maneira diferenciada nas escalas adotadas para estudo.

A análise sobre os processos que envolvem exclusão social revela além de uma preocupação interpretativa de práticas que se materializam a cada instante em várias sociedades, demonstra uma contribuição para a desmistificação e descoberta dos significados e sentidos que permeiam o mundo moderno. Entender como se distribuem espacialmente as populações mais carentes ajuda-nos na busca pela compreensão das diferentes realidades presentes em vários bairros de uma mesma cidade, por exemplo. Avançar na discussão sobre os processos excludentes indica para além de um refinamento e sofisticação metodológica, um poderoso caminho no entendimento de como o processo de produção do espaço urbano brasileiro, pautado nos atuais moldes, pode (re)produzir desigualdades sociais, que minam as possibilidades de construção de um processo emancipatório capaz de construir uma sociedade com mais cidadãos, em seu sentido pleno. Mais que a falta, ou a precária inclusão das classes mais baixas em sistemas de equipamentos e serviços públicos de qualidade, a exclusão pode ser evidenciada na falta de participação dessas classes nos círculos de poder que orientam as políticas públicas.

A cultura, de maneira geral, sempre se associou às informações, conhecimentos, ideias, valores, juízos, tradições, crenças, pensamentos, hábitos, costumes, atitudes etc. que as pessoas ao longo de sua existência passam a produzir e disseminar. Nesse sentido, nosso intuito não é adentrar no debate conceitual sobre cultura, mas sim problematizar o processo de exclusão social a partir de ações que estimulem atividades de promoção e valorização da cultura popular, como aporte necessário para o fortalecimento da coletividade e da reivindicação.

Em um Estado caracterizado por embates que se baseiam no exercício de poder, onde interesses privados prevalecem nas fases de elaboração e implementação das políticas públicas, mesmo quando aceitas pela população em geral, não pode ser verificada a existência da democracia, visto que as decisões ocorrem em um processo vertical e piramidal, com uma minoria que escolhe, comanda e mascara suas intenções, promovendo suas práticas (por meio das políticas) para a manutenção de sua situação de governantes. Essa perspectiva nos abre caminho para investir em formas de ampliar o entendimento a respeito de como esses arranjos de poder excluem as classes mais baixas das etapas decisórias, e mais, como isso é ratificado pelo Estado e aceito pela população. Nesse sentido, acreditamos em atividades de valorização e promoção da cultura popular com vistas a fortalecer a coletividade e a mobilização, elementos fundamentais para combater o processo de exclusão social.

Popular culture as a contribution problematizing of the social exclusion process

Abstract: The current capitalist mode of production with respect to the production of urban space involves increasing social-spatial inequalities. With This, also incorporates and enhances the process of social exclusion that are not restricted merely to an economic dimension based on available resources, but include a number of other factors that directly interfere in the lives of several families. The exclusion process can also be grasped and understood, once we see the difficulties of political participation of families experience. Public policies, in turn, intended to contribute to reducing these processes do not take into account the views of the People belonging to low income groups. In This sense, promotion activities and appreciation of popular cultura and its manifestations appear as a possibility entirely plausible and urgent to encourage mobilization and claims that Excel for greater política participation of People who experience daily the mutually excluision process.

Key words: social exclusion, state, popular culture.

Referências

BARBOSA, J. L. *Os espaços populares na Política Pública Cultural*. 2009. Disponível em: < http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=13 > Acesso em: 10 set. 2011.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O Índice de Desenvolvimento da Família. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro,

n. 986, out. 2003. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf>. Acesso em: 04 out. 2010.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. *Revista Cidades*, v. 4, n. 6, 2007.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Bom Livro, 1989.

DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

DURANA, A. A. G. *El concepto de exclusión en política social*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Unidad de Políticas Comparadas, 2002. Documento de Trabajo 02-01.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, set./dez. 1998.

ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ESTIVILL, J. *Concepts and strategies for combating social exclusion*. Lisboa - Portugal: International Labour Organization, 2003.

FRASER, N. Injustice at Intersecting Scales: On Social Exclusion and the Global Poor. *European Journal of Social Theory*, v. 3, n.13, 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

JANNUZZI, P. *Indicadores e Sistema de Informação*. São Paulo: ENCE/IBGE, 2005.